

Artigo



TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS E IDENTIDADE LABORAL DE “JOVENS” E “VELHOS” TRABALHADORES: UM ESTUDO COMPARATIVO*

Antônio de Pádua Bosi**

Resumo:

Este artigo compara trajetórias ocupacionais de velhos e jovens trabalhadores, indagando sobre a centralidade do trabalho em seus cotidianos.

Palavras-chave: Trabalho, catadores, juventude.

Abstract:

This article compares occupational histories of old and young workers, asking about the centrality of work in their daily.

Keywords: Work, trash collectors, youth.

Introdução

Neste artigo abordo as experiências de “velhos” e “jovens” trabalhadores relativamente à construção de suas identidades laborais desde a década de 1970.

* Este artigo é resultado parcial da pesquisa “A organização capitalista do trabalho informal” e conta com o apoio da Fundação Araucária/PR por meio de Bolsa Produtividade em Pesquisa. Agradeço a cessão de algumas entrevistas realizadas por Maralice Maschio.

** Professor Adjunto doutor nos cursos de graduação e mestrado em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, associado ao Laboratório de Pesquisa “Trabalho e Movimentos Sociais”.

HISTÓRIA SOCIAL	Campinas – SP	Nº 14/15	289–306	2008
-----------------	---------------	----------	---------	------

Este é um importante problema histórico porque há muitos estudos que defendem a idéia de que a centralidade do trabalho no cotidiano dos trabalhadores desapareceu ou está bastante enfraquecida. Nesse enquadramento, a experiência do e no trabalho não mais estruturaria a identidade dos trabalhadores, ou não ocuparia um lugar central nesse processo.

Discordando dessa interpretação, analisei algumas trajetórias ocupacionais de jovens e velhos trabalhadores sobre o que pensam ser seu lugar no mundo do trabalho. O resultado encontrado não confirmou a perda da centralidade do trabalho nas vidas dos trabalhadores que entrevistei, mas tampouco permitiu escorar uma afirmação de que eles se vêem fácil e claramente definidos no mundo do trabalho atual. Além dessas duas possibilidades, colocaram-se, com força de hipótese para estudos mais robustos e de maior fôlego, alguns dilemas vividos por esses trabalhadores acerca do que pensam que são.

Basicamente, ouvi catadores de materiais recicláveis e funcionários de uma rede de lojas de departamento contarem sobre suas trajetórias ocupacionais. Ao lidar com essas narrativas, me beneficiei do diálogo com Edward Thompson, principalmente no que se refere a romper os limites biográficos das falas para atingir o caráter coletivo da experiência dos trabalhadores. A utilização do método desenvolvido em “*A Formação da Classe Operária Inglesa*” (THOMPSON, 1988) permitiu que as narrativas individuais dos trabalhadores entrevistados informassem os traços constitutivos da experiência da classe à medida que esta funda sua base nas percepções das diversas identidades e saberes laborais.

Contudo, este procedimento não implicou nivelar tais experiências de modo a enquadrá-las em modelos pré-concebidos. Noções mais genéricas, como a intensificação e o aumento do trabalho, foram encaradas como problemas a serem discutidos com os trabalhadores.

Nesse sentido, como salienta Alessandro Portelli a respeito do trabalho com fontes orais, a experiência coletiva pode aparecer marcada por muitas contradições e antagonismos, principalmente quando as trajetórias individuais

recorrem a diferentes valores e referências para estruturarem suas interpretações sobre o mundo do trabalho (PORTELLI, 1997, p. 2004). A partir desta concepção, tentei identificar e avaliar as interpretações que os catadores constroem sobre o mundo do trabalho. Quando esses trabalhadores contam suas trajetórias ocupacionais, revelam seus medos, valores e expectativas quanto à vida. Foi dessa “documentação” histórica, muitas vezes difícil de ser selecionada e interpretada, que produzi reflexões sobre como esses trabalhadores se vêem e se explicam; ou ainda, tentando explorar uma sugestão de Beatriz Sarlo, como é que os trabalhadores, ao narrarem situações vividas e relacionadas ao trabalho, se apoderam de suas vidas, atribuindo-lhes significados (SARLO, 2001).

Assim, busquei referenciar as experiências individuais a partir de situações comuns que foram vivenciadas coletivamente.

Sobreviventes

Uma das principais características das mudanças recentes no mundo trabalho é a pressão sobre a identidade laboral vivenciada por homens e mulheres que não sobreviveram em seus empregos e profissões. Tal pressão é experimentada, especialmente, como sentimento de perda. Na década de 1980, e principalmente na década de 1990, muitos trabalhadores viram seus empregos desaparecerem. As habilidades e conhecimentos, que até então estruturaram suas profissões e ocupações, também foram colocados em questão e passaram a ser avaliados com referência numa escala fixada entre a defasagem profissional e a inutilidade.¹ Mas isto não significou o desaparecimento da experiência do trabalho. Questão relevante é conhecer e discutir sobre essa

¹ As noções de “defasagem profissional” e “inutilidade” foram emprestadas de Richard Sennett (SENNETT, 2006, p. 81-122).

nova condição dos trabalhadores num mundo onde sua formação laboral parece não encontrar mais lugar.

Os catadores de recicláveis são representativos desse processo. Em sua maioria, os catadores são pessoas que consideram ter alguma profissão ou saber laboral específico ligado ao mundo do trabalho, mas que não sobrevivem mais a partir destes, porque as possibilidades de ocupação encolheram devido a muitas mudanças em diversas dinâmicas locais e regionais de acumulação de capital. Esses catadores já foram principalmente pequenos agricultores, pedreiros, empregadas domésticas, operários de todo tipo, antes de começarem a trabalhar na cata de recicláveis.² Lembram os grandes deslocamentos de trabalhadores para as cidades, quando foram desapossados das terras em que trabalhavam e viviam, principalmente no século XIX e nos primeiros três quartos do século XX. E tal como esses antigos trabalhadores, os catadores também foram desenraizados de seus lugares e desvalorizados em seus saberes laborais, experimentando dramaticamente um sentimento de inutilidade. Entretanto, mesmo tendo suas habilidades e perícias desmerecidas nesse contexto de mudanças, os catadores geralmente estruturam narrativas sobre suas trajetórias de vida e de trabalho que rejeitam – embora reconheçam – o signo da desvalorização, oferecendo um enredo alternativo que tenta valorizar seu próprio trabalho.

É o caso de Iraldo Miller, 60 anos, nascido em Sobradinho, no Rio Grande do Sul, catador de recicláveis na cidade de Marechal Cândido Rondon/PR. Quando tinha três anos de idade, a família migrou para o município de Toledo em busca de trabalho. Iraldo explica que o pai comprou uma colônia (alguns hectares de terra vendidos por colonizadoras que atuaram no Oeste do Paraná)

² Analisei 25 entrevistas (realizadas entre 2003 e 2005) de catadores fixados nas cidades de Marechal Cândido Rondon (41.339 habitantes), Guaira (28.348 habitantes), Toledo (100.715 habitantes) e Foz do Iguaçu (279.620 habitantes), todas localizadas no Oeste do Paraná. Para os objetivos desse artigo, o universo de entrevistados foi bastante recortado.

e lá montou uma pequena fábrica de pré-moldados (mosaicos, tanques, caixas-d'água) que eram vendidos noutras cidades do Paraná e do estado de São Paulo. Quando seu pai estava “embalado” no negócio, desentendeu-se com o sócio e montou um alambique ilegal que funcionou por quatro anos. A dificuldade de manter ilegalmente o negócio levou seu pai a vender a colônia e a se mudar com toda a família para Porto Mendes/PR. Lá comprou outro pedaço de terra e organizou a produção de leite, além da criação de porcos e da plantação para subsistência, período que durou até o alagamento de Porto Mendes/PR pelo lago de Itaipu, quando recebeu indenização pela perda de suas terras. Ao que parece, a indenização não foi suficiente para adquirir outra propriedade, fato que motivou a separação da família. Esgotada a possibilidade de sobreviver com os pais e irmãos, Iraldo casou-se e iniciou uma história de trabalho longe do pai:

Lutei pra ver se conseguia um emprego. Não consegui. Não tinha emprego, nem em Marechal, Toledo e Cascavel (Oeste do Paraná). Daí a única alternativa era ir pro Paraguai. Terra sobrando, lutei, consegui terra e fui lutando. A gente tinha pra viver e tal. Mas também chegou uma época que os grande, já apoderando, né?, vinha incomodando o pequeno, comprando aqui, comprando lá. No fim acabei perdendo. Sabe, o grande ele comprou, pagou. Se não pagou, não paga mais. Daí foi indo. A doença me surpreendeu né?. E daí tive que vender meio baratinho as coisas pra pagar as contas. Daí eu vi que não tinha mais saída, porque não tinha mais o ganho pra sobreviver lá. Daí me baldeei pra cá (Marechal Cândido Rondon) e comecei a catar reciclável (há seis meses Iraldo cata recicláveis).

De pequeno proprietário fundiário a trabalhador rural. De trabalhador rural a catador. O movimento narrado é de declínio, e os marcos definidos no ato de recordar o passado têm referência no trabalho. Aliás, são lembrados a partir da trajetória do próprio pai. São experiências referenciadas num mundo do trabalho que foi interrompido, mas que não desapareceu. O processo de concentração fundiária é identificado e interpretado como perda, e o que seria o fim de uma longa trajetória de trabalho é definido como começo, após quase

60 anos de um viver e trabalhar no campo. Os lugares construídos no ato de recordar também são identificados ao trabalho. Como que a narrar num suspiro sua presença no mundo, Iraldo transforma sua história numa denúncia de tempos vividos e de trabalhos realizados, não recompensados; denúncia de uma luta de classes: “Mas também chegou uma época que os grande, já apoderando, né?, vinha incomodando o pequeno, comprando aqui, comprando lá. No fim acabei perdendo”.

O violento processo de mecanização da produção agrícola na fronteira sudoeste do Brasil, somado à construção de Itaipu que inundou terras e afogou diversas formas de viver e de trabalhar, é percebido como perda, mas não como destruição de uma identidade, subjetividade ou sobrevivência a partir do trabalho. Iraldo se apresenta como sujeito de sua própria história. Não a fez como quis, mas lutou em meio às pressões da luta de classes, às vezes sob estas, muitas vezes contrariamente a elas. Fosse no fim ou no começo de uma etapa da vida, Iraldo recorda de si mesmo como trabalhador.

Mais do que se verem como trabalhadores, os catadores produzem uma visão bastante crítica sobre seu próprio trabalho, identificando e avaliando a complexa articulação do que fazem para viver no mundo em que vivem. É o que apontou Mauro Ferreiro dos Santos, 54 anos, catador em Guaira/PR. As intrincadas dinâmicas de acumulação do capital são identificadas e interpretadas como uma importante e negativa mudança que afetou seu mundo, destruindo antigos modos de trabalhar e encolhendo a utilidade da força de trabalho:

É que ficou ruim de serviço, antigamente o povo plantava algodão, tinha que ir colher, agora é soja, eles só passam veneno, matam tudo até o mato, já não tem mais como você carpi a soja, então mandioca já ficou ruim, e o único servicinho que tá sobrando pro povo é cata papel na rua.

A introdução da monocultura de soja no extenso cinturão agrícola no sudoeste do Brasil não escapou ao alcance desse trabalhador. Ela é responsabilizada por roubar seu trabalho: “agora é soja, eles só passam veneno,

matam tudo até o mato, já não tem mais como você carpi a soja”. Seu raciocínio revela a conexão entre as transformações das relações de trabalho no campo e o desenvolvimento de novas ocupações consideradas precárias. A desocupação surge de um novo arranjo das forças produtivas que redefine a acumulação regional de capital. Nesse sentido, nas circunstâncias vivenciadas por Mauro, a cata de recicláveis não é uma alternativa de renda, mas uma “sobra” nesse mundo do trabalho. São muitos os trabalhadores que se vêm “desqualificados”, perdendo cotidianamente espaços e condições para sobreviver daquilo que sabem fazer, principalmente da lida nas lavouras e outras atividades afetas ao campo. Apenas como uma nota marginal neste artigo, cabe registrar que, desta aparente desqualificação, tendem a se tornar “aptos” para a cata de materiais recicláveis uma reserva de trabalhadores que muitas vezes é reorganizada na esfera da produção capitalista.

Também vivendo das “sobras”, muitos catadores refazem seus saberes acerca do trabalho. Juruema Nulwin, 46 anos, catadora de Marechal Cândido Rondon, ao explicar sua rotina de trabalho, acentuando as dificuldades enfrentadas, revela as novas relações desenvolvidas na cidade:

De manhã eu saio de casa oito horas, volto dez e meia, né? faço o almoço, daí uma e meia eu saio, daí eu volto as cinco e meia. Saio todo dia, e no sábado até meio dia, que daí depois eu faço o meu serviço. No domingo não saio, mas nos feriado também saio. Ocê tem que sair primeiro do que o lixeiro (gari), né? É que os rapaz sai cedo, 6 e meia ocê acorda e o lixeiro já ta passando, aí ocê vai catar o que? Já pegou tudo né? Ocê não acha papelão, ocê não acha litro, ocê não acha nada. (...) Que nem hoje é quarta-feira, né? Hoje era dia de ir pro lado do Primavera (bairro de Marechal Cândido Rondon), que daí tem o Lixo Bom (programa de coleta seletiva municipal), tem o lixeiro, né? Ocê tem que passar bem antes dele, desse caminhão passar. Aqui ele passa na segunda, aí ocê tem que passar antes das 2 horas pra catar, porque senão ele cata e ocê não acha nem agulha no lixo, né? então não é fácil! (...) Quando chove, daí tem dias que não dá pra saí. Daí aquele dia ocê não fez nada. Ontem de manhã só fiz uma carga. De tarde choveu. Bem na hora que nós ia saí começou chover. Hoje também não deu pra ir. Vamos ver amanhã.

Pressionada pela concorrência, Juruema se organiza a partir dos horários e dos ritmos imprimidos pelo serviço de limpeza municipal, adiantando-se a eles. Não se trata de recolher simplesmente o que é descartado pelos outros. O catador desenvolve uma racionalidade que lhe permite recolher a maior quantidade de material reciclável possível, preferencialmente antecipando-se à coleta seletiva da prefeitura de modo a conseguir papel, papelão e alumínio já separados e agrupados. As jornadas de trabalho são longas, marcadas pela sazonalidade do tempo, como eram as ocupações e tarefas no campo. Além disso, a produção de cada catador depende também de um bom relacionamento com os moradores das cidades e do conhecimento dos pontos mais promissores para a cata.

Desenvolvidas e incorporadas essas novas características, a construção da identidade laboral é um problema vivenciado permanentemente, principalmente devido às condições do próprio trabalho que se resumem, aparentemente, a manipular o lixo dos outros. Esta construção é difícil, pois implica enfrentar pré-conceitos e atribuir à cata de lixo um sentido de trabalho, como o expresso na narrativa de Darci Francisco da Silva, 45 anos, catador de Guairá/PR:

De primeiro eles fizeram esse negócio de chamar a gente de lixeiro. Ninguém é lixeiro. Lixeiro que eu sei é latão de ponhá lixo, e não pessoa. Eles fizeram errado, tinha que por catador de papelão, que mexe com reciclagem, eles fala catá lixo, ninguém cata lixo, cata é papelão. Falá que um papelão daquele dali é lixo..., lixo que eu sei é um negócio que fica ali fedendo.

Esta tentativa de fundar uma ética positiva do trabalho relacionada à cata de recicláveis também sofre a disputa do capital e de seus sujeitos quando estes últimos tentam disciplinar a presença e o significado dos catadores nas cidades. Este teorema parece ser indecifrável. Por um lado, o trabalho dos catadores surge como um importante recurso que amplia e garante a valorização do capital: o catador transforma em valor de uso e de troca o que fora descartado

pela sociedade. Por outro lado, a necessidade desse trabalho para o capital se justapõe à recusa das classes dominantes em compartilhar a cidade com os catadores e seus carrinhos. Deste paradoxo, partem iniciativas dos poderes públicos (municipal, estadual e federal) de domar a presença dos catadores e conferir outro significado à sua existência.

Muitas associações e cooperativas são organizadas pelo poder público com a finalidade de transformá-los em “agentes ambientais”, tornando o difícil trabalho de catar recicláveis um componente da preservação do meio-ambiente e, assim, buscando anular o significado da cata de recicláveis produzido nas longas e intensificadas jornadas trabalhadas. Na prática, tenta-se identificar os catadores com uniformes, crachás, autorizações e carrinhos registrados. O trânsito dos catadores pela cidade é subordinado aos horários e trajetos definidos pelo poder público que, desse modo, se esforça para retirá-lo do alcance de olhares inconformados, buscando a pacificação da cidade. Desse modo, os catadores contestam sua nova condição de descartáveis do mundo do trabalho e da própria cidade.

Vivenciando as determinações do capital como pressões enfrentadas no cotidiano, os catadores formulam e expressam uma identidade sobre o trabalho que oscila entre uma perspectiva individual e outra coletiva. Geralmente, tendem a ver o direito ao trabalho construído a partir de desempenho e valores pessoais, como narra Mauro Ferreira dos Santos:

Num achava serviço e o próprio que eu entrego hoje (dono de depósito de recicláveis), deu orientação pra mim. Tem hora que a pessoa tá meio sem destino, se conversando com alguém, trocando uma idéia, ocê já pega destino. Então, talvez, ele via que eu era um cara que trabalhava, trabalhador, que tava em tudo quanto é serviço. Aí esse que compra hoje, que é seu Zé que mora lá perto do parque industrial, aí ele falou assim: ‘Mauro ocê é um cara que trabalha bem’. Mais eu nem sabia mexer com isto! ‘Ocê é um cara trabalhador, não tem preguiça, muita gente trabalha e entrega papel pra mim que sô comprador. Num é que eu quero que ocê trabalha pra mim não, mais é que você precisa sobreviver que a crise ta feia!’ Eu falei: é, a crise tá feia mesmo seu Zé. ‘Sabe o que ocê faz? junta papel!’...

O nexo estabelecido entre “destino” e “trabalho” configura duas situações antagônicas, caracterizadas pela ocupação e desocupação. Esta última coincide com um sentimento de estar “sem destino” na vida, o que confere um forte e vital sentido para o trabalho. Estar fora deste mundo é sentir-se sem destino, do mesmo modo que pertencer a ele representa encontrar um rumo, uma direção, ter um significado atribuído. A mudança de situação nesta tênue fronteira entre o trabalho e a desocupação (experiência tão comum na atualidade) é celebrada como um merecimento, uma identificação num mundo onde o principal valor ordenador da vida é ainda um tipo de ética positiva do trabalho a partir da qual o trabalhador se fixa na realidade. Ser uma pessoa que “trabalha bem” é apresentado na narrativa como uma característica individual, repetida diversas vezes.

O que revelam essas narrativas torna-se ainda mais relevante quando os catadores são pensados numa perspectiva mais ampliada, já que no início do século XXI eles foram estimados em aproximadamente 1 milhão de trabalhadores somente no Brasil. Mas pensá-los nessa escala nos faz indagar se há – ou se está germinando – um sujeito coletivo. Seus movimentos de contestação nem sempre são visíveis. A insistência de disputarem os espaços das cidades palmo a palmo, e a rejeição das disciplinas e dos ritmos de trabalho pretendidos pelos poderes públicos formam o repertório mais recorrente da peleja cotidiana dos catadores. E essa peleja tem um sentido comum, uma percepção e um olhar sobre suas realidades que convergem num mesmo tipo de ação. Nacionalmente, a exigência pelo reconhecimento da cata de recicláveis como uma profissão também se inscreve num abrangente campo que abriga muitas lutas por direitos – algumas para não perdê-los, outras para criá-los. Nessa reivindicação, os catadores não se mostram dissociados das estratégias de outras categorias de trabalhadores que miram o Estado para escorar direitos sociais como a aposentadoria, por exemplo. Atos semelhantes são pensados e realizados para valorizar o trabalho. Expressam a recusa do desemprego e da pecha de defasados, inúteis e redundantes. Reafirmam que o trabalho continua central em suas vidas, superando o estigma de trabalhar com lixo.

Os sentidos do trabalho para as novas gerações

Também nesses últimos 30 anos, tem sido relevante e constante a expansão do trabalho no setor que se convencionou chamar de serviços. Uma das principais portas de entrada para os jovens ingressarem no trabalho remunerado tem sido o espaço da circulação e venda de mercadorias, sejam estas vendas realizadas presencialmente, de forma ambulante ou com o auxílio de telefone. Por tais modos é que as experiências dos jovens trabalhadores vêm sendo estruturadas.

A atenção acadêmica e sindical (mais acadêmica do que sindical) nesses casos tem salientado dois dos principais traços que caracterizam essas ocupações: sua natureza provisória e a precariedade dos contratos de trabalho. Embora essas sejam as características mais visíveis desse processo, se forem usadas para resumir todas as experiências dos jovens trabalhadores e transformadas nas únicas chaves de entrada para análise, deixaremos de iluminar áreas inteiras da percepção desses jovens sobre o mundo do trabalho.

Uma dessas áreas coloca em perspectiva as trajetórias ocupacionais dos jovens em relação às de seus pais. No caso dos primeiros, as narrativas explicam sua entrada nesse mundo do trabalho, mas não numa profissão. Cláudia Longer, 21 anos, que trabalha há quase 3 anos nas Casas Pernambucanas na cidade de Marechal Cândido Rondon/PR, apresenta uma curta trajetória ocupacional bastante incrementada.

Minha mãe é dona de casa e o meu pai é representante comercial. A minha mãe trabalhou até o casamento, depois que ela casou ela abandonou tudo pra ficar assim é... cuidando dos filhos e depois passou um tempo e ela não trabalhou mais. Meu pai entrou no ramo de representação comercial e virou gerente de uma empresa de bebidas aqui em Marechal também e hoje ele é representante comercial de uma empresa aqui de dentro da cidade. (...) Eu comecei a trabalhar com 16 anos numa empresa de monitoramento de alarmes como secretária. Trabalhei lá por 1 ano. Depois eu trabalhei no jornal Gazeta

do Paraná durante 1 ano também pelo CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola) e já tô a dois anos e oito meses aqui na Pernambucanas.

Relativamente ao seu pai, que é identificado como “representante comercial”, e a sua mãe, associada ao espaço do lar e da família, a trajetória de Cláudia não explicita uma idéia muito clara sobre si mesma, o que não significa que ela própria não a tenha. Formada em Letras e à procura de uma especialização na mesma área, a expectativa de Cláudia não é de continuar na loja, embora o *provisório* venha se estendendo por quase três anos, dando vistas de que pode se tornar *permanente*. Tanto pode que um emprego numa loja de departamentos – como a Pernambucanas – é visto como estável; estafante, mal remunerado, mas estável. Embora não seja esta estabilidade que possibilite aos jovens como Cláudia constituírem uma narrativa sobre o futuro de sua própria vida (em termos de se ver e se pensar como uma trabalhadora num espaço de tempo longo) a busca pela estabilidade ainda é um valor cultivado:

(...) Quando eu comecei a trabalhar aqui eu desempenhava apenas o papel de crediário. Depois caixa, hoje eles querem preparar a gente pra vendas. Então cada vez mais é exigido e... muitas vezes o salário não corresponde a tanta exigência. (...) Só que também a Pernambucanas é uma empresa de nível nacional, né? Nós temos 242 lojas, então pra comparar com uma empresa que é só da cidade então é difícil, porque é uma empresa que tem muita possibilidade de crescer, então tem muita cobrança na questão de seguros, de cotas, de vendas, tanto que o salário é baseado nesse desempenho, mas se for comparar a Pernambucanas com as outras no âmbito de crescimento, de salário, talvez ela seja um pouco melhor. (...) Mas acho que em termos de salário é melhor do que as outras, né?

O tipo de avaliação que Cláudia faz em relação à possibilidade de construir uma “carreira” na loja, embora colida com sua expectativa de se realizar noutra atividade, é investido de alguma positividade. Considerar-se parte da loja, “Nós temos 242 lojas”, tem sido geralmente interpretado em muitos estudos como um sinal da “adesão ideológica” do trabalhador ao espírito da empresa. Mas

não me parece ser este o único sentido atribuído por Cláudia, já que ao longo de sua narrativa as tentativas que a loja faz de aliciar os funcionários são percebidas e criticadas: “Só que o trabalhador multifuncional com certeza é mais um ganho pra empresa, né?”.

Sem perder essa dimensão das relações de trabalho existentes na loja, Cláudia expressa uma visão acerca do comércio na cidade que esclarece a vantagem que as Casas Pernambucanas levam sobre as pequenas lojas da cidade; este aspecto é interpretado também como uma possibilidade mais sólida de permanecer no mundo do trabalho. Portanto, esta aparente “adesão” aos valores da loja também pode ser compreendida como uma evidência de que os trabalhadores se movimentam lidando com as “regras do jogo”; uma trajetória possível de ser traçada no estreito veio em que conseguem se posicionar num mundo onde os empregos considerados “formais” encolhem, e a estabilidade ainda aparece como uma poderosa articuladora das possibilidades de viver e de trabalhar.

A busca pela estabilidade é um componente quase invariável nessas narrativas. E a dificuldade de identificar-se com uma profissão tende a ser ultrapassada à medida que as ocupações são encaradas menos como provisórias do que como permanentes. Elisângela Figer, 31 anos, há quatro anos na loja, é um desses casos. Ela informa uma trajetória ocupacional caracterizada por pouca rotatividade e pela construção de uma identidade “profissional” cosida ao longo de anos de experiência na atividade de vendedora.

(...) Quando ele (pai) chegou pra cá ele trabalho numa mecânica, né? Depois ele abriu uma lanchonete e ele ta lá até hoje na lanchonete. (...) Isso faz trinta anos e antes de vir pra cá ele era agricultor. (...) A minha mãe ajudava ele. No começo não, daí quando ele comprou a lanchonete ela começou a ajudá daí, e tá até hoje. Eu não trabalhei com eles, mas quando eu era pequena eu ajudava sim eles. Fui sempre vendedora, desde os 14 anos vendedora. Trabalhei em confecções, presentes, ótica, né? Mas sempre vendedora. Trabalhei na Nadir presentes, lá eu trabalhei mais como auxiliar, né? Trabalhei três anos seguidos só de auxiliar. Daí na

Postal Malhas eu fiquei dois anos, também de vendedora. Foi assim puxado, mas foi um lugar muito agradável de trabalhar, né? Mas aí em seguida eu entrei na Pernambucanas.

Embora a ocupação de “vendedora” geralmente seja vista como provisória, bastante desregulamentada e precarizada, a insistência de Elisângela em registrar o tempo trabalhado em cada emprego é algo que chama a atenção, talvez porque isso testemunhe a favor de uma conduta laboral pouco irregular, afeita à permanência, apesar de reconhecer o quanto era “puxado” o trabalho.

Por fim, cabe notar também que não pedi a esses entrevistados que tecessem suas trajetórias comparativamente às de seus pais; mas fizeram isso intencionalmente, servindo-se das experiências do arco familiar para avaliarem as suas próprias. Em alguma medida, estruturaram um tipo de reflexão que projetasse as linhas de suas vidas a partir das de seus pais, numa demonstração de que as mudanças que abalam a certeza do trabalho, do salário e da aposentadoria, eram e são recusadas por esses jovens trabalhadores. Além disso, refazer seus traçados a partir de valores herdados de seus pais indica alguma continuidade com a realidade destes, embora as experiências do atual mundo do trabalho sejam vividas como contradições, já que muitas das regras em jogo hoje desfiguraram o antigo mundo do trabalho que é tomado como referência.

As resolutas afirmações em inúmeros estudos acadêmicos de que as mudanças no mundo do trabalho são recepcionadas ou “assimiladas” (“capturando a subjetividade dos trabalhadores”), também encontram contrapontos nessas narrativas. Os trabalhadores que ouvi percebem as estratégias de reorganização do trabalho como pressões, mas não agem sem óbices e nem permanecem invioláveis no “chão da loja”. Sobre isso, Douglas Marcel Junges, 25 anos, há 3 anos trabalhando nas Casas Pernambucanas, argumenta porque a concepção da multifuncionalidade simplesmente não “funciona”.

Eu acredito assim, que a loja ela deveria ter uma estrutura, um aparato, pra justamente, essas pessoas que são os vendedores, que é o que produz na loja, que é o que vende, que dá salário, elas ter um suporte pra elas só venderem, praticamente só venderem. Porque essa multifunção te deixa louco, sabe? Você muitas vezes não tem um sorriso nos lábios, pra você falar um bom dia pra um cliente, porque você tá cheio de pepino, você tá com telefone buzinando na tua orelha, o gerente te cobrando, você tá com caminhão de entrega, (...) uma fila de gente pra atender, sabe? É uma loucura. Então, isso sobrecarrega, eu acredito assim, se tivesse mais funcionários pra exercer algumas funções, né? Com certeza, além de você produzir mais, eu desempenharia a minha função melhor. Em relação as outras funções da loja, é... uma parte eu dependo delas, e uma parte elas dependem de mim também. Porque se eu não fizer o meu trabalho como vendedor, daí a pessoa não vai comprar. Só que, porém, se eu fizer um bom trabalho como vendedor, e a mulher que opera o crediário, se for estúpida e grossa, tipo assim, acabou ali. Ou eu posso colocar a compra a vista, o cliente não vai retornar, o caixa a mesma coisa, né?

A visão de Douglas reforça a importância de se fazer o trabalho bem feito, coisa que é comprometida em função da sobrecarga causada pela organização de tipo multifuncional. A cooperação entre os funcionários, defendida nas recentes plantas que reorganizam o trabalho a partir de recursos como os Círculos de Controle de Qualidade e a multifuncionalidade, aparece criticada como uma dinâmica que desorganiza o trabalho bem feito e coloca em risco as vendas. O rodízio ou polivalência das funções são interpretados como sobrecarga e intensificação de atividades, responsáveis por causar um nível de desajuste no cumprimento das diversas tarefas existentes na loja e prejudicar o desempenho nas vendas. Em alguma medida, Douglas reclama como sendo menos traumáticas as funções específicas e articuladas em torno do caráter *face to face* das vendas no varejo. Como ele argumenta, “cara feia, estupidez e grosseria”, produtos de muito cansaço, não ajudam a vender mercadorias. Na prática, o trabalho flexível executado na órbita de uma pretendida Qualidade Total, que é receitada pelas cúpulas gestoras do processo de trabalho (e admitido

como realidade inescapável por muitos estudos), gera mais problemas e conflitos além daqueles que ele pretende resolver.

E não deve causar surpresa se a contestação da gestão oficial do trabalho revelar-se um recurso que transborda as experiências dos trabalhadores das Casas Pernambucanas, evidenciando a um só tempo o fracasso da fórmula multifuncional e as tentativas de “capturar a subjetividade dos trabalhadores”, como se diz no jargão da hora.

Caberia explorar entre os trabalhadores em que medida estes tentam e conseguem resistir aos controles planejados pelas diversas cúpulas gestoras da produção. Embora esta seja uma velha questão, pouco ou quase nada visitada atualmente, possui uma força fundamental para ordenar outra série de perguntas importantes, mas desativadas por novas trincheiras da História e da Sociologia do Trabalho. Afinal, por mais óbvio que possa parecer, quando perguntamos algo para os trabalhadores é porque ainda não sabemos as respostas. Fazer perguntas a eles significa nos posicionarmos numa relação de igualdade com as suas experiências e avaliações; representa assumirmos que os trabalhadores (e nos incluímos também) devem estar no centro das reflexões sobre dimensões fundamentais deste mundo que queremos entender e explicar: um mundo dos trabalhadores.

Considerações Finais

O tipo de leitura tentado aqui problematiza tanto a idéia de que as mudanças no mundo do trabalho atingem homoganeamente os trabalhadores, quanto a visão de que os trabalhadores as recebem incondicionalmente. É verdade que o trabalho, nesses últimos 30 anos, tem se tornado cada vez mais “degradado” (para usar uma terminologia de Harry Braverman), exigindo pouca ou quase nenhuma perícia, compenetração e inteligência. Contudo, as repercussões disto entre os trabalhadores não deveriam ser apresentadas como

derivadas, já que consentir uma condição de trabalho precária não representa necessariamente aderir a ela. Esta posição pode ser sintetizada nos termos de um protagonismo na história, exercido por sujeitos trabalhadores sob condições determinadas às quais não controlam necessariamente.

A presença da História nesse debate acerca das mudanças no mundo do trabalho, conforme venho tentando argumentar, tem aberto espaço para reflexões sobre as disputas que os trabalhadores realizam pelo tempo do trabalho e pelo tempo do descanso; pelas rotinas dos ofícios e das profissões; pelos modos de viver na cidade e no campo; pelas relações sociais que reclamam a presença dos serviços públicos; pela redefinição da classe a partir da existência de novas ocupações, ou da reformulação de antigas. E, finalmente, continuar a construção desta presença, sobretudo, implica indagar se os trabalhadores ainda constroem narrativas de vida escoradas em suas experiências laborais, a despeito das teorias sobre o fim do trabalho e sobre a infalibilidade das mudanças atuais no mundo do trabalho.

Artigo recebido em setembro de 2008; aprovado em novembro de 2008.

Referências Bibliográficas

PORTELLI, Alessandro. "I'm going to say it now: interviewing the movement". In *The battle of Valle Giulia: Oral History and the art of dialogue*. Madison: University of Wisconsin Press, 1997, p. 183-198.

_____. "Terni en huelga: 2004", In *História, Antropologia y Fuentes Orales*. (2):32, Barcelona: Universidad de Barcelona, 2004, p.49-60.

SARLO, Beatriz. *Tiempo Presente. Notas sobre el cambio de una*

cultura. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2001. SENNETT, Richard. *A cultura do novo capitalismo*. São Paulo: Record, 2006.

THOMPSON, E.P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*, 3v, 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Fontes

Entrevistas

Iraldo Miller, 60 anos, catador de Marechal Cândido Rondon/PR.

Juruema Nulwin, 46 anos, catadora de Marechal Cândido Rondon/PR.

Darci Francisco da Silva, 45 anos, catador de Guairá/PR.

Mauro Ferreiro dos Santos, 54 anos, catador em Guaira/PR.

Cláudia Longer, 21 anos, trabalha desde 2002 nas Casas Pernambucanas.

Elisângela Figer, 31 anos, trabalha desde 2001 nas Casas Pernambucanas.

Douglas Marcel Junges, 25 anos, trabalha desde 2002 nas Casas Pernambucanas.